Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 2º Quadrimestre de 2008, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

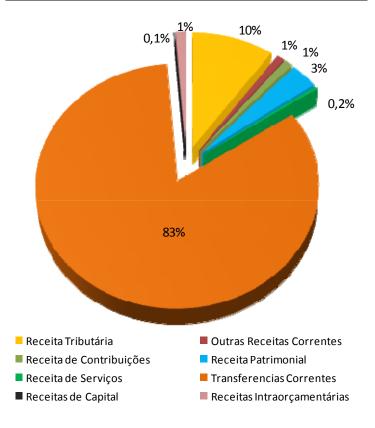
O XI Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que extraordinariamente será realizado em 06 de outubro de 2008, devido às eleições municipais, tratará da Prestação de Contas do 2° Quadrimestre de 2008.

Como fonte de informação foi utilizado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 4º bimestre de 2008 e do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Quadrimestre de 2008, publicado no Diário Oficial - Edição Especial de 24 de setembro de 2008 e complementadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

## EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 2° Quadrimestre de 2008.

Famasifians	Receita
Especificação	Arrecadada
Receitas Correntes	340.773,7
Receita Tributária	33.437,3
Impostos	31.545,8
Taxas	1.891,5
Receita de Contribuições	3.565,3
Contrbuições Sociais	2.662,0
Contribuições Econômicas	903,3
Receita Patrimonial	11.267,8
Receitas de Valores Mobiliários	11.267,8
Receita de Serviços	1.374,9
Transferencias Correntes	287.941,3
Transferencias Intergovernamentais	287.941,3
Dedução para Formação do FUNDEB	6.210,8
Outras Receitas Correntes	3.187,1
Multas e Juros de Mora	899,6
Indenizações e Restituições	211,2
Receita da Dívida Ativa	1.943,5
Receitas Diversas	132,8
Receitas de Capital	200,1
Alienação de Bens	0,1
Alienação de Bens Móveis	0,1
Transferência de Convênios	200,0
Transferência de Convênios	200,0
Receitas Intraorçamentárias	4.017,1
Receita de Contribuições	4.017,1
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	338.780,1



Comparando a arrecadação do 2° Quadrimestre de 2007 em relação ao 2° quadrimestre de 2008, verificamos um aumento na arrecadação equivalente a 40%, conforme demonstrado abaixo.

R\$ Milhares

Especificação	Receita Arrecadada 2007	Receita Arrecadada 2008
Receitas Correntes	238.452,1	334.562,9
Receita Tributária	22.306,9	33.437,3
Receita de Contribuições	3.303,6	3.565,3
Receita Patrimonial	15.645,3	11.267,8
Receita de Serviços	567,3	1.374,9
Transferencias Correntes	191.773,4	281.730,5
Outras Receitas Correntes	4.855,6	3.187,1
Receitas de Capital	227,3	200,1
Alienação de Bens	27,3	0,1
Transferência de Capital	200,0	200,0
Receitas Intraorçamentárias	3.583,8	4.017,1
Receita de Contribuições	3.583,8	4.017,1
Total	242.263,2	338.780,1

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEB

2007

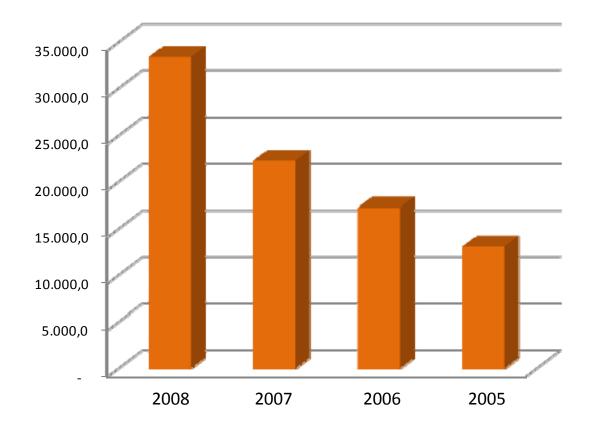
2008

Cabe ressaltar que a rubrica "Outras Receitas Correntes", teve uma queda de aproximadamente 34%, no período, devido à anistia de multas e juros do IPTU, concedidas no exercício de 2006, com reflexo na arrecadação de 2007.

## EXECUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

Destacamos o comportamento das receitas tributárias do 2º Quadrimestre de 2008, que teve um crescimento de 50% em relação ao 2º Quadrimestre de 2007, o que equivale a R\$ 11.130,3 milhões, conforme demonstrado abaixo.

2008	2007	2006	2005
33.437,3	22.307,0	17.270,1	13.120,2

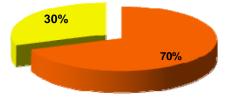


O crescimento da arrecadação entre os exercícios de 2005 e 2008 foi de 155%, demonstrando que as ações desenvolvidas de sensibilização quanto a importância do pagamento de seus impostos vem provocando um retorno satisfatório.

#### **EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES**

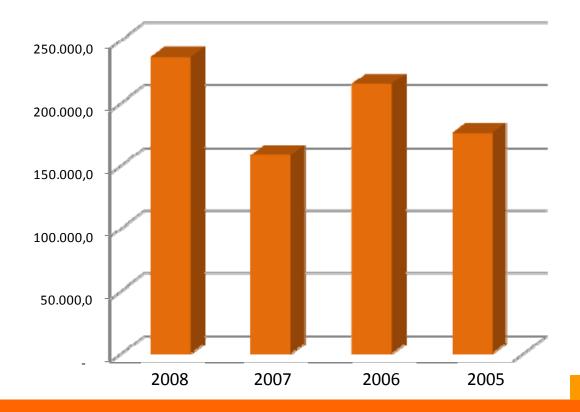
Destacam-se o valor referente às transferências dos recursos ROYALTIES, que representam aproximadamente 70% da arrecadação municipal.





Comparando o comportamento das transferências dos recursos royalties, verificamos a recuperação da arrecadação no 2º Quadrimestre de 2008, ficando demonstrado um aumento em relação ao mesmo período de 2007, em torno de 49%, em valores R\$ 77.970,0 milhões.

2008 2007 2006 2005 236.555,1 158.585,1 215.154,6 175.815,7



Destacamos por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação à Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

R\$ Milhares

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA		
RECEITAS CORRENTES		
Receita Tributária	43.036,4	
Receita de Contribuições	5.738,0	
Receita Patrimonial	16.587,1	
Receita de Serviços	1.660,5	
Transferencias Correntes	385.005,9	
Outras Receitas Correntes	4.984,2	
( - ) Dedução da Receita Corrente	8.384,4	
( - ) Contribuição para RPPS	4.416,9	
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	444.210,8	

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEB

R\$ Milhares

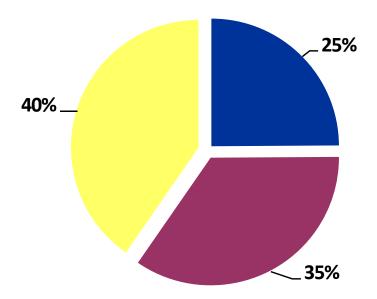
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Pessoal Ativo Pessoal Inativo Outras Desp. Pessoal Dec. Contratos de Terceirização ( - ) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	119.169,2 1.011,8 387,4 925,5
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	119.642,9

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	54,00%	239.873,8
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	227.880,1
Total da Despesa com Pessoal	26,93%	119.642,9

## **DESPESA COM PESSOAL**

Ao analisarmos o gasto com pessoal podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

Folha da Secretaria Municipal de Educação	19.568.599,14
Folha da Secretaria Municipal de Saúde	27.295.453,15
Somatório das Folhas das Unidades	31.708.373,20



### **DESPESA COM SAÚDE**

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório é de 15%. Em nosso caso, no 2º Quadrimestre aplicamos 19,57% destas receitas. Vale destacar que o gasto acima do valor obrigatório foi de R\$ 3.130.436,90 a mais do que seria a obrigação do município. Abaixo demonstramos estes dados.

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 38.424.126,94 com receitas de Royalties.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	31.545.766,70
IPTU	5.121.204,42
IRRF	4.675.500,42
ITBI	6.483.241,35
ISS	15.265.820,51
Transferências da União - (B)	10.956.452,42
Cota-Parte FPM - (100%)	10.815.763,14
Cota-Parte ITR	1.922,65
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	138.766,63
Transferências do Estado - (C)	23.605.676,45
Cota-Parte ICMS - (100%)	20.505.726,58
Cota-Parte IPVA	2.412.013,52
Cota-Parte IPI - (100%)	687.936,35
Demais Receitas Correntes - (D)	2.450.267,33
Multas, Juros de Mora Impostos	691.299,09
Divida Ativa dos Impostos	1.758.968,24
Total	68.558.162,90
Limite Constitucional Gastos com Saúde	10.283.724,44

	DESPESA	R\$
Função 10	<u>- SAÚDE</u>	
10.122	Administração Geral	1.769.413,06
10.301	Atenção Básica	2.740.963,75
10.302	Assitência Hospitalar e Ambulatorial	7.849.903,93
10.305	Vigilância Epdemiológica	1.053.880,59
TOTAL GE	RAL DESPESA COM SAÚDE	13.414.161,33

Aplicação Constitucional Obrigatória		
Ações de Serviços Públicos de Saúde	15%	10.283.724,44
Aplicação Governamental Efetiva		
Ações de Serviços Públicos de Saúde	19,57%	13.414.161,33

# DESPESA COM EDUCAÇÃO

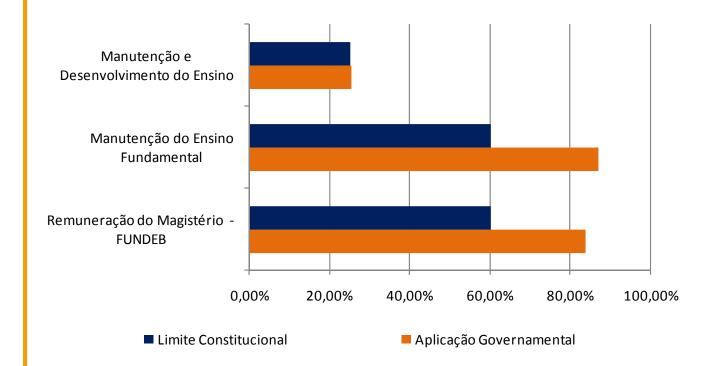
O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício, com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25 % das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 25,29% no 2º Quadrimestre, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	31.545.766,70
IPTU	5.121.204,42
IRRF	4.675.500,42
ITBI	6.483.241,35
ISS	15.265.820,51
Transferências da União - (B)	10.956.452,42
Cota-Parte FPM - (100%)	10.815.763,14
Cota-Parte ITR	1.922,65
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	138.766,63
Transferências do Estado - (C)	23.605.676,45
Cota-Parte ICMS - (100%)	20.505.726,58
Cota-Parte IPVA	2.412.013,52
Cota-Parte IPI - (100%)	687.936,35
Demais Receitas Correntes - (D)	2.450.267,33
Multas, Juros de Mora Impostos	691.299,09
Divida Ativa dos Impostos	1.758.968,24
* TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (E)	13.200.247,66
TOTAL - BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)	68.558.162,90
( - ) Deduções para formação do FUNDEB - (F)	6.210.898,15

	DESPESA	R\$
Função 12	- EDUCAÇÃO	11.128.517,98
12.122	Administração Geral	-
12.361	Ensino Fundamental - (G)	8.668.584,51
12.362	Ensino Médio	-
12.365	Educação Infantil - (L)	2.459.933,47
FUNDEB -	(Resurso Vinculado) -(  )	13.526.718,69
12.361	Ensino Fundamental	10.524.981,58
	Pessoal de Apoio	1.633.489,41
	Magistério - (M)	8.891.492,17
12.365	Educação Infantil	3.001.737,11
	Pessoal de Apoio	561.119,38
	Magistério	2.440.617,73
TOTAL GE	RAL DESPESA COM EDUCAÇÃO	24.655.236,67
(-) GANHO	O NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)	6.989.349,51
TOTAL API	LICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)	17.339.416,13
TOTAL API	LICADO NA MDE = (G+H+I-J)	15.205.953,69

# **DESPESA COM EDUCAÇÃO**

EDUCAÇÃO	Limite Constitucional		Aplicação Governamental	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	17.139.540,73	25,29%	17.339.416,13
Manutenção do Ensino Fundamental	60%	10.283.724,44	86,81%	14.879.482,66
Remuneração do Magistério - FUNDEB	60%	7.920.148,60	83,78%	11.332.109,90



Utilizando os recursos provenientes dos royalties, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou R\$ 41.813.495,83 nos investimentos com Educação.

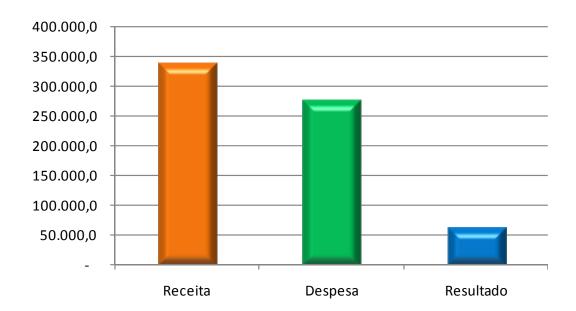
#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas realizadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 2° Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada.

R\$ Milhares

RECEITAS		DESPESAS	DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	338.780,1	Despesas Liquidadas	275.529,7	
		Resultado Orçamentário Positivo	63.250,4	
TOTAL	338.780,1	TOTAL	338.780,1	

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEB

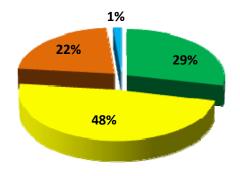


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

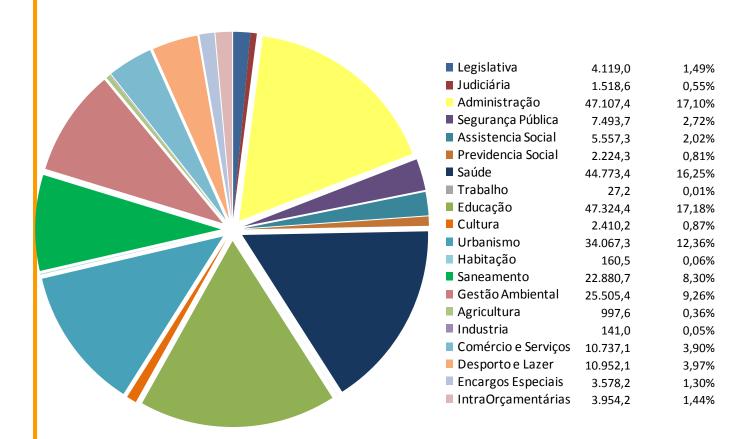
#### **EXECUÇÃO DA DESPESA**

As despesas orçamentárias quando classificadas por categoria econômica se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo.

DESPESAS CORRENTES	211.415,4
Pessoal e Encargos Sociais	78.539,2
Outras Despesas Correntes	132.876,2
DESPESAS DE CAPITAL	60.160,2
Investimentos	60.160,2
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.954,1
Pessoal e Encargos Sociais	3.954,1
TOTAL	275.529,7



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, representado abaixo, fica evidente que o volume de receita do município empregada em saúde e educação, representa aproximadamente 33,5% do total da despesa liquidada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos sociais no município.



# **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 02 de outubro de 2008.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA Secretária Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES Secretário Municipal de Fazenda